

# Sistemas de trabalho e práticas operárias durante a industrialização capitalista em Portugal:

## O caso das indústrias navais

(1930-1984)\*

### Marinús Pires de Lima

Apresentaremos alguns aspectos principais das transformações dos sistemas de trabalho e da acção operária nas indústrias navais em Portugal, desde 1930 até ao presente.

Na 1.<sup>a</sup> parte, abordar-se-ão questões relacionadas com a história da organização racional do trabalho em Portugal: evolução dos efectivos operários, impasse dos projectos desenvolvimentistas na 1.<sup>a</sup> fase do salazarismo (até 1950), arranque industrial dos anos 50 e modernização de algumas empresas (CP, CUF, Estaleiros Navais), comportamentos operários face à mecanização e à racionalização.

Na 2.<sup>a</sup> parte, descrevem-se alguns aspectos da acção operária nas indústrias navais, distinguindo 4 períodos: a) antes do 25 de Abril; b) 1974-75; c) 1976-81; d) 1982-84.

Quanto ao *período anterior a 25.4.74*, abordar-se-ão as greves dos anos 40, a de 1969, bem como contradições verificadas em 1973 (diferenciação e hierarquização salarial, degradação dos salários reais, critérios arbitrários de promoção, pulverização sindical, travagens da produção, etc.)

No *período 1974-75*, salientar-se-ão nomeadamente os seguintes elementos: reivindicações de base (satisfação de necessidades económicas, exigências de salários mínimos e de vantagens sociais, emancipação da tutela patronal autoritária e da repressão do regime anterior, democratização da empresa e das relações sociais, reconhecimento dos órgãos representativos dos trabalhadores - O. R. T., comissões de trabalhadores, sindicatos -, saneamentos), temas igualitários (diminuição da hierarquia das categorias profissionais e do leque salarial), estratégia ofensiva (conquista de novos direitos), ocupação dos sindicatos corporativos, melhoria das condições de trabalho e de vida, início da intervenção a nível de controlo operário e da pressão institucional (gestão do pessoal, articulação da empresa com o espaço exterior, autogestão), acção directa, imposição de reivindicações, forte mobilização democrática da base, ligação a outras empresas, espontaneidade, papel importante das assembleias gerais e de delegados de sector, das comissões de trabalhadores - (C. T.), relativamente autónomas em relação aos partidos políticos, integrando sindicalizados e não-sindicalizados. Serão também abordadas a manifestação de Setembro de 1974 (Lisnave), a nacionalização da Setenave e o aumento da ligação ao Estado. Serão tomadas em consideração as continuidades e descontinuidades em relação ao período anterior ao 25 de Abril.

Ao nível da acção e da organização dos trabalhadores, podemos concluir que, da acção directa, de base e espontânea, que caracteriza o período ulterior ao 25 de Abril, se passa progressivamente a uma acção mais organizada segundo objectivos de intervenção definidos nas estruturas sindicais, hegemonicamente dominadas pelas orientações do P. C. P., principalmente a partir do 11 de Março.

No *período 1976-81*, abordar-se-ão variáveis como as seguintes: o agravamento da crise económica, o desemprego, os efeitos do 25 de Novembro, a progressiva implantação dos sindicatos e o crescente enquadramento sindical da acção operária, a tentativa de controlo das C. T. pelos sindicatos, a intensificação da lógica partidária, a substituição progressiva da democracia de base pela delegação de poderes, o controlo da cúpula sobre as bases, a diminuição do papel das assembleias gerais e de delegados, o desenvolvimento de reivindicações defensivas e hierarquizadas (aumento do leque salarial, desdobramento de categorias até aí niveladas no colectivo operário (1), a institucionalização crescente dum sistema de relações profissionais e de negociação.

As reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas económicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado. A tentativa de criação do Centro de Coordenação da Indústria Naval, no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia, com participação da comissão coordenadora das C. T. das indústrias navais (C. C. T. r. N.). A acção da C. C. T. r. N. na procura de uma alternativa viável para a crise do sector: defesa do planeamento económico, do progresso técnico e do desenvolvimento industrial, condicionado por opções políticas globais. Factores explicativos desta orientação: tecnologia avançada, autonomia, qualificação profissional e saber elevados dos operários, produtividade e salários altos, gestão moderna. As orientações tendencialmente contestatária e de classe da C. G. T. P. e participante da U. G. T.

No *período 1982-84*, os aspectos estudados são os seguintes: agravamento da crise económica e do desemprego, reformas antecipadas, salários e pensões em atraso, o «pacto social» da Setenave, o plano de viabilização da Lisnave (reformas, *lay-off*, despedimentos), segmentação do mercado de trabalho, formas precárias de relação salarial (subempreitadas, contratos a prazo, aparecimento de fenómenos de economia paralela ou subterrânea - trabalho clandestino, «ganchos», dependência de outras fontes de rendimento, para além do salário, reformados a trabalhar, etc.). A procura de intervenção do Estado na gestão dos recursos humanos e na conflitualidade social: políticas de emprego, comparticipação, rendimentos, segurança social, formação escolar e profissional.

As políticas patronais: organização da mobilidade da mão-de-obra, informatização, processos de categorização e compartimentação da força de trabalho (*spin-off* - subdivisão em novas empresas), controlo da função comercial, lógica neo-corporativa (acordos de empresa, salários sociais, direitos ligados à antiguidade, etc.).

Reivindicações operárias defensivas: pagamento dos salários em atraso, luta contra as políticas de redução da força de trabalho, resistência à diminuição de salários reais. Elementos de continuidade, em relação aos períodos de 1976-81, por parte das tendências próximas do P. C. P.: controlo da discussão, da informação e dos processos de decisão, vanguardismo ideológico, tentativa de imobilização das tendências minoritárias (U. G. T., U. D. P.), negociação a nível da cúpula dos O. R. T. Elementos de descontinuidade:

aumento do número de greves, utilização de formas de acção mais radicalizadas (sequestro, concentrações, manifestações de rua), preocupação com a opinião pública (comunicados, desfiles), confronto mais directo com o governo e a Administração, objectivos mais explicitamente políticos (defesa da nacionalização da Setenave, recusa da revisão da Constituição, luta contra o governo). O desfasamento entre o discurso (contestatário) e certas práticas (negociação na empresa).

As dificuldades do movimento sindical: economia subterrânea, comportamentos de tipo «individualismo utilitarista» (candidaturas voluntárias a reformas antecipadas e a despedimentos com indemnizações, «ganchos», estratégias de pluriactividade, etc.), ausência de alternativas radicais em termos de estratégias industriais, modos inovadores de produção, produtos, organização do trabalho; diminuição das mediações institucionais (sindicatos, negociação, regulamentações estaduais); desconcentração industrial, confronto directo entre patronato e trabalhadores, liberalização económica, inexistência de fundos de greve, diferenças entre camadas com grande poder reivindicativo e camadas com poder menor, clivagens entre trabalhadores «protegidos», «precários», reformados, jovens à procura do 1.º emprego, relativo isolamento em relação ao movimento sindical internacional, declínio da consciência de classe. A exterioridade das estruturas sindicais em relação aos problemas de organização e condições de trabalho e o frágil enraizamento na vida quotidiana das comunidades produtivas. A dificuldade de tratamento, em termos da actual organização, de questões como: quadro de vida, alojamento, transportes, educação, saúde, meio ambiente. As tensões e contradições, entre os vários níveis do movimento operário: defesa imediata de base das condições salariais e de emprego, negociação institucional na empresa e no sector (instância institucional), participação e/ou controlo das políticas económicas e sociais globais (instância do poder).

Em relação à crise económica e aos riscos de desemprego, diferentes estratégias sindicais são possíveis: 1 - aceitação da lógica do mercado (indemnização dos trabalhadores, apoios à reconversão); 2 - defesa dos empregos ameaçados; 3 - sindicalismo de proposição: apropriação social da empresa, novos critérios de gestão e de regulação económica, implicação positiva em iniciativas descentralizadas de intervenção e em projectos de investimento (públicos, cooperativos, regionais, locais), redução do horário de trabalho, controlo das transformações tecnológicas e das novas tecnologias, direito à formação profissional, reconsideração das relações com os mercados e os consumidores, estratégia activa de *mobilização transformadora*, fundamentada na inovação, na qualificação profissional, nos recursos humanos, no apoio a uma política científica e tecnológica e na dinamização do tecido social.

(\*) O presente trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre as transformações das relações sociais de trabalho em Portugal.

Colaborou na recolha e tratamento de dados a Dr.ª Filomena Ouro Bóia.

(1) Trata-se de uma tendência análoga à verificada na periodização da contratação colectiva geral: o grau de dispersão salarial diminui entre 1974 e 1979; a seguir, verifica-se uma recuperação, ainda que parcial, da dispersão anterior.

Bibliografia utilizada: «A acção operária na Lisnave», *Análise Social*, n.º 52, 1977; «A evolução do trabalho operário nas indústrias Navais», *Análise Social*, n.º 67-68-69, 1981; «Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1980)», *Análise Social*, n.º 72-74, 1982; Filomena Bóia, M. Eugénia Carreto, Isabel Godinho, Maria José P. Silva, M. Serafim Pinto, Eduardo Martins, Fátima Morais, Teresa Rosa, Teresa Soeiro. *Trabalho e acção operária na Lisnave e na Setenave*. ISCTE. 1983.